



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO ACADÊMICO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 04/2025

**Aprova o novo Regulamento de
Extensão Universitária da UFBA.**

O Conselho Acadêmico de Ensino, Pesquisa e Extensão (CAPEX) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação extraída da sessão realizada em 15.12.2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos termos estabelecidos no documento em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no *site* dos Conselhos Superiores, revogadas as disposições em contrário, especificamente, as Resoluções CAPEX nºs 02/2012, 01/2024 e 02/2025.

Palácio da Reitoria, Sala dos Conselhos Superiores, 15.12.2025.

Sumaia Boaventura André
Presidente do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO ACADÊMICO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

CAPÍTULO I
Das Diretrizes Preliminares

Art. 1º Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a extensão universitária articula-se com a pesquisa e o ensino, sendo definida como atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º As ações de extensão desenvolvidas pela UFBA serão orientadas pelas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Extensão Universitária, nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA.

Art. 3º As ações de extensão desenvolvidas pela UFBA deverão, obrigatoriamente, ser registradas na Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT), segundo os critérios definidos neste Regulamento.

Art. 4º A Universidade manterá diálogo permanente com os demais setores da sociedade por meio de ações de extensão junto ao público em geral, comunidades, segmentos organizados da sociedade civil, órgãos governamentais e empresas públicas ou privadas.

Art. 5º Compete ao Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX) propor e aprovar políticas, diretrizes, estratégias e planos de ação específicos para a Extensão Universitária.

Art. 6º Caberá à PROEXT, de acordo com as diretrizes do CAPEX:

- I. coordenar programas de fomento, intercâmbio, divulgação e avaliação da extensão, da pós-graduação *lato sensu*, da educação permanente e dos serviços;
- II. estimular e supervisionar programas amplos, de natureza multi e interdisciplinar, que envolvam várias Unidades Universitárias ou Órgãos Estruturantes;
- III. manter um sistema de informações atualizado para registro, acompanhamento e divulgação de ações de extensão, de pós-graduação *lato sensu*, de educação permanente e de serviços desenvolvidos pela Universidade;
- IV. autorizar a expedição de certificados referentes a ações de extensão e correlatas, conforme estabelecido no Regimento Geral da UFBA.

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.

CAPÍTULO II

Das Definições e Concepções

Art. 7º As ações de extensão da UFBA serão classificadas nas seguintes modalidades: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço.

Art. 8º As ações de extensão podem ser classificadas como permanentes ou eventuais, com exceção da modalidade projeto, que deve ser sempre eventual.

§ 1º. Ações permanentes caracterizam-se como atividades de caráter regular, com relatórios periódicos e sem previsão de finalização da vigência.

§ 2º. Ações eventuais caracterizam-se como atividades pontuais, com relatório único e prazo de finalização determinado.

Art. 9º Constituem diretrizes gerais para orientar a formulação e a implementação das ações de extensão:

- I. a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II. a formação cidadã de estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III. a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV. a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, artístico, cultural, esportivo, científico e tecnológico;
- V. o respeito às diferenças bem como à diversidade e pluralidade de saberes constituídos nos diferentes contextos sociais em que a Universidade se fizer presente.

Art. 10. A extensão na UFBA é regida pelos seguintes princípios:

- I. a contribuição na formação integral do/a estudante, estimulando sua formação como cidadão(ã) crítico (a) e responsável;
- II. o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- III. a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV. a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V. o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social, artístico e cultural;
- VI. o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- VII. a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.



CAPÍTULO III

Programa

Art. 11. Programa de extensão é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviço), preferencialmente integrando as atividades de extensão, pesquisa e ensino, com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado conforme o cronograma estabelecido.

Art. 12. Os Programas de extensão são as ações prioritárias de extensão na UFBA.

Art. 13. Os Programas de extensão são presenciais, mas podem incluir cursos virtuais, a distância ou híbridos, bem como eventos virtuais ou híbridos, de acordo com os termos previstos neste Regulamento para cada modalidade.

CAPÍTULO IV

Projeto

Art. 14. Projeto de extensão é o conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, artístico, cultural, esportivo, científico e tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.

Art. 15. Um projeto pode ou não estar vinculado a um programa de extensão.

Art. 16. Os Projetos de extensão são presenciais, mas podem incluir cursos virtuais, a distância ou híbridos, bem como eventos virtuais ou híbridos, de acordo com os termos previstos neste regulamento para cada modalidade.

CAPÍTULO V

Curso

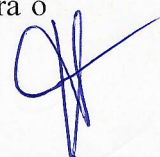
Art. 17. Curso de extensão é uma atividade sistematizada de caráter didático, teórico e/ou prático, que objetiva a disseminação de princípios, conceitos, fundamentos, métodos e tecnologias, majoritariamente e prioritariamente, à comunidade externa à UFBA, com carga horária definida e processo de avaliação formal.

Parágrafo único. As atividades regulares de ensino não podem ser entendidas como cursos de extensão.

Art. 18. Os cursos de extensão deverão ter carga horária mínima de 8h (oito horas).

Art. 19. Os cursos de extensão são classificados como:

- I. Iniciação: tem como objetivo principal oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento;
- II. Atualização: tem como objetivo principal atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento;
- III. Qualificação profissional: tem como objetivo principal qualificar pessoas para o desempenho de atividades profissionais específicas.



Art. 20. O curso de extensão poderá ocorrer nos seguintes formatos:

- I. Presencial: os/as participantes realizam atividades didáticas e avaliações na presença do/a professor/a ou instrutor/a. As atividades presenciais devem representar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da carga horária total do curso;
- II. Virtual: os processos de ensino e aprendizagem ocorrem fora dos ambientes presenciais tradicionais, desenvolvidos por intermédio de tecnologias da informação e comunicação. Os cursos de extensão podem ser realizados integralmente nesse formato, em consonância com as diretrizes e políticas da extensão universitária;
- III. Híbrido: integra atividades didáticas nos formatos presenciais e virtuais. As atividades presenciais devem representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do curso;
- IV. A Distância (EaD): estudantes e docentes/tutores utilizam meios e tecnologias da informação e comunicação, a fim de desenvolver atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Sua carga horária computada compreende atividades realizadas em ambientes virtuais e momentos presenciais obrigatórios, que devem representar, no máximo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Parágrafo único. As propostas de cursos virtuais, híbridos e EaD deverão explicitar o formato de oferta, com o respectivo percentual de atividades presenciais e mediadas, as metodologias e recursos tecnológicos utilizados, a forma de acompanhamento e avaliação e a aderência às políticas de qualidade e inclusão digital da UFBA.

Art. 21. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização) são regulamentados por normas específicas.

Art. 22. Um curso pode ter mais de um/a ministrante, sendo a carga horária total do curso dividida entre os/as ministrantes.

Parágrafo único. A soma das cargas horárias, quando houver mais de um/a ministrante, poderá ser superior à carga horária total do curso, mediante justificativa, que deve ser aprovada pelas instâncias competentes.

Art. 23. As atividades de coordenação de um curso podem ser previstas até o limite da carga horária total ministrada no curso.

Parágrafo único. A carga horária de coordenação poderá ser superior à carga horária do curso, mediante justificativa, que deve ser aprovada pelas instâncias competentes.

CAPÍTULO VI

Evento

Art. 24. Evento é uma ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

Art. 25. Os eventos podem tomar as seguintes formas: processos ou produtos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, escola de férias, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de

publicações e produtos, mesa redonda, minicurso, mostra, oficinas, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, show, simpósio, torneio, entre outros.

Art. 26. Os eventos podem prever cargas horárias de coordenação e organização em até quatro vezes a carga horária total prevista para o evento.

Parágrafo único. A carga horária poderá ser superior a quatro vezes a carga horária do evento, mediante justificativa, que deve ser aprovada pelas instâncias competentes.

Art. 27. Os eventos podem ser presenciais, virtuais ou híbridos.

CAPÍTULO VII

Prestação de Serviço

Art. 28. A prestação de serviço é uma ação através da qual habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade são disponibilizados sob a forma de atendimento, consulta, exame e ensaios laboratoriais, procedimento especializado, consultoria, assessoria, assistência técnica e manutenção de equipamento, realização de estudos, organização de publicação, elaboração e orientação de projetos e atividades similares.

Art. 29. A prestação de serviço é regulamentada por norma específica.

CAPÍTULO VIII

Das ações de extensão com regulamentação própria

Art. 30. A Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é um componente curricular, modalidade disciplina, de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, em que estudantes e docentes da UFBA desenvolvem ações de extensão, sendo regulamentada por norma própria.

Art. 31. As Ligas Acadêmicas são organizações sem fins lucrativos, que podem realizar ações de extensão, sendo regulamentadas por norma específica.

Art. 32. As Empresas Juniores são entidades organizadas sob a forma de associações civis inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), constituída por estudantes da UFBA, orientados e supervisionados por professores(as) e profissionais especializados(as), cujas atividades poderão ser reconhecidas como ações de extensão, observado o disposto no Regimento Geral da Universidade e neste Regulamento de Extensão Universitária, sendo regulamentadas por norma específica.

CAPÍTULO IX

Da Proposição e Coordenação das Ações de Extensão

Art. 33. As ações de extensão serão propostas e coordenadas por servidores/as docentes e técnico-administrativos/as em educação (TAE) do quadro permanente da UFBA.

§ 1º No caso de docente, as ações de extensão devem estar relacionadas com a sua área de formação e/ou com as áreas do conhecimento relacionadas à sua Unidade Universitária de lotação.

§ 2º No caso de TAE, as ações de extensão devem estar relacionadas com a sua área de formação.



§ 3º Excepcionalmente, no caso de ações de extensão que não estejam ligadas à área de formação e/ou com as áreas do conhecimento relacionadas à Unidade Universitária de lotação da Coordenação, o/a proponente deverá justificar o domínio do conhecimento necessário à realização da ação de extensão proposta.

§ 4º Docentes e TAE aposentados/as poderão propor ações de extensão, conforme normas específicas estabelecidas pelo CONSEPE.

§ 5º Docentes e TAE inadimplentes com a PROEXT não poderão propor novas ações de extensão.

§ 6º A substituição da Coordenação de uma ação de extensão registrada deve ser apreciada na instância que, originalmente, aprovou a proposta e, também, se for o caso, na nova instância de aprovação, nos termos do Art. 36 deste Regulamento.

§ 7º Estudantes e membros da comunidade externa podem fazer parte da coordenação de ações de extensão propostas por docentes e/ou TAE.

Art. 34. As ações de extensão só deverão ser iniciadas após o seu registro pela PROEXT.

§ 1º Excepcionalmente, será permitido o início da ação de extensão antes do registro, mediante justificativa apresentada pela Coordenação e aprovada na instância competente.

§ 2º O envio de propostas para registro de ações já iniciadas deverá ocorrer até o prazo máximo de 6 meses após o início da ação.

Art. 35. A Coordenação da ação de extensão terá a responsabilidade institucional pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como pela condução dos procedimentos necessários à execução do plano de trabalho.

CAPÍTULO X

Avaliação e Registro

Art. 36. Para fins de registro, as propostas de ação de extensão deverão ser avaliadas com base nas normas, nas diretrizes e nos princípios dispostos neste regulamento, por uma das seguintes instâncias universitárias:

I - Congregação, preferencialmente, após parecer do Núcleo de Extensão ou instância equivalente, quando for proposta por docentes e TAE lotados/as em Unidades Universitárias;

II - Conselho Deliberativo, quando for proposta pelos órgãos estruturantes da Reitoria;

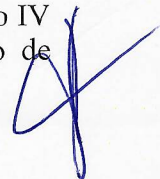
III - pelo dirigente máximo do Órgão, no caso de propostas de docentes e TAE em exercício nas instâncias da Administração Central;

IV- CAPEX, no caso de propostas institucionais dos dirigentes máximos de órgãos da Administração Central e nos demais casos.

§ 1º O CAPEX será a instância recursal para as instâncias referidas nos incisos I a III.

§ 2º O CONSEPE será a instância recursal para as decisões do CAPEX, nos termos do Estatuto da UFBA.

§ 3º A ação de extensão a ser apreciada pelo CAPEX, segundo estabelecido no inciso IV do *caput* deste artigo, será, previamente, encaminhada à PROEXT para emissão de parecer.



§ 4º Propostas que envolverem duas ou mais Unidades Universitárias e/ou órgãos devem ser aprovadas nas respectivas instâncias, nos termos do Art. 36 deste Regulamento.

Art. 37. Após a deliberação e aprovação pelas instâncias competentes, a PROEXT avaliará a ação de extensão com base nas normas, nas diretrizes e nos princípios dispostos neste Regulamento e, estando em conformidade, a registrará no sistema eletrônico.

Art. 38. As ações de extensão inseridas nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução específica do CONSEPE, deverão ser registradas pela PROEXT, seguindo as normas deste Regulamento.

Art. 39. Atividades que envolvam comunidades externas à UFBA e que não tenham sido registradas no sistema eletrônico de extensão não serão institucionalmente reconhecidas como ações de extensão.

Parágrafo único. A vinculação institucional à UFBA, através do seu nome ou marca, nas atividades descritas no *caput* será passível de sanção, segundo as normas vigentes.

CAPÍTULO XI

Finalização e Certificação

Art. 40. A proposta de ação de extensão registrada só será considerada concluída após a apresentação, discussão e aprovação do relatório final pelas instâncias competentes.

Art. 41. As ações de extensão de caráter permanente ou eventual que tenham vigências superiores a um ano devem apresentar, pelo menos, um relatório anualmente.

Art. 42. Será considerado/a inadimplente o/a Coordenador/a que não apresentar o relatório final ou parcial de ações de extensão registradas e/ou não cumpra os requisitos estabelecidos pelos editais da PROEXT.

Art. 43. Até que sejam cumpridas as exigências deste capítulo, o/a Coordenador/a continuará responsável pela respectiva ação de extensão, mesmo que as atividades previstas no plano de trabalho já tenham sido concluídas.

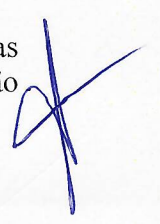
Art. 44. Cabe à instância acadêmica responsável pela aprovação da atividade adotar as providências cabíveis, conforme as normas regimentais da UFBA e a legislação em vigor, caso sejam constatadas irregularidades na condução da ação de extensão.

Art. 45. No caso de cancelamento de uma ação de extensão registrada, o/a Coordenador/a deverá enviar o relatório final à instância de aprovação, contendo as justificativas do cancelamento, a fim de que a ação seja formalmente finalizada.

Art. 46. O relatório será apreciado pela instância competente e, uma vez aprovado, será encaminhado à PROEXT para certificação.

Art. 47. Os certificados serão emitidos de acordo com as informações fornecidas pela coordenação da ação no relatório.

Parágrafo único. A PROEXT não é responsável pela avaliação da participação nas ações de extensão, não sendo possível a emissão de certificados a participantes que não tenham sido cadastrados/as pela coordenação no respectivo relatório.



Art. 48. O certificado será assinado pelo/a Pró-Reitor/a de Extensão, ou substituto/a imediato/a, e pela coordenação da ação de extensão.

Art. 49. O certificado discriminará a função exercida pelo/a participante e a respectiva carga horária atribuída ao desempenho da referida atividade.

Art. 50. Não poderá haver dupla certificação no caso de ações de extensão previstas no currículo dos cursos de graduação, nos termos da Resolução específica do CONSEPE.

CAPÍTULO XII

Dos Recursos e Fontes de Financiamento

Art. 51. Não será permitida a cobrança em espécie ou o recebimento de pagamentos em contas não vinculadas à Universidade para ações de extensão, sendo necessário o recolhimento para a Conta Única da União, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. No caso de eventos, será possível o pagamento de taxas de inscrição para associações científicas sem fins lucrativos através de acordo celebrado com a UFBA, sendo necessário o devido recolhimento das taxas administrativas de acordo com a legislação vigente.

Art. 52. Nas ações de extensão universitária em que ocorra a cobrança de inscrição, mensalidade ou outras contribuições de participantes, haverá a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de vagas gratuitas, a serem distribuídas através de edital de seleção, conforme os critérios estabelecidos pela Universidade, dentre eles os relativos à Política de Ações Afirmativas, e tornados públicos pelo/a Coordenador/a da atividade.

Parágrafo único. O edital a ser adotado para isenção de cobrança deverá conter o nome da atividade, o prazo e o local de inscrição, o número de vagas, os pré-requisitos de admissão, os critérios de seleção, bem como a data e o local de divulgação do resultado.

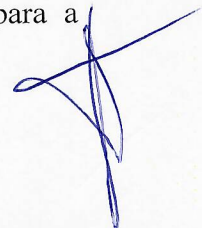
Art. 53. A PROEXT será o órgão responsável pelo fomento às ações de extensão, prioritariamente, por meio de editais e chamadas, sob a forma de bolsas/auxílios a pesquisadores/extensionistas, estudantes e membros da comunidade externa participantes ou integrantes de atividade extensionista, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A PROEXT divulgará os critérios para concessão de apoio às ações de extensão, bem como a relação das ações contempladas, devendo o apoio incidir, prioritariamente, sobre aquelas que não tenham financiamento.

Art. 54. Caberá à Coordenação da ação de extensão administrar os recursos financeiros e prestar contas à respectiva instância de aprovação e à PROEXT, no caso de proposta com fomento dessa Pró-Reitoria.

Art. 55. A remuneração de docente e TAE para a realização de ações de extensão submeter-se-á à legislação em vigor.

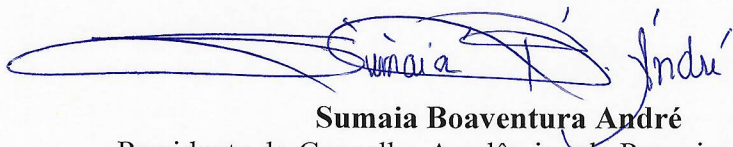
Art. 56. Na captação de recursos provenientes de fontes externas para o financiamento das ações de extensão, incluir-se-á o recolhimento de taxas administrativas para a UFBA, de acordo com a legislação vigente.



CAPÍTULO XIII
Das Disposições Finais

Art. 57. Os casos omissos serão decididos pelo CAPEX.

Palácio da Reitoria, Sala dos Conselhos Superiores, em 15 de dezembro de 2025.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sumaia Boaventura André', is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat cursive.

Sumaia Boaventura André
Presidente do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão